

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2010

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MS000183/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/07/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR010686/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46312.003006/2008-81
DATA DO PROTOCOLO: 03/07/2008

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO EST MS, CNPJ 15.412.000/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GERALDO TEIXEIRA DE ALMEIDA, CPF n. 171.461.001-20;

E

FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL-FAMASUL, CNPJ 15.413.883/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADEMAR DA SILVA JUNIOR, CPF n. 437.525.511-00;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2010 e a data-base da categoria em 01 de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente convenção abrangerá os assalariados rurais do Estado, permanentes e temporários, que exerçam atividades agropecuárias e extração florestal, inclusive os empregados de escritórios de fazendas.**, com abrangência territorial em MS.

**Salários, Reajustes e Pagamento
Piso Salarial**

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2008 a 30/06/2009

O piso salarial da categoria será de R\$ 464,80 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), para o período compreendido entre 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A partir de 1º de julho de 2008, o salário de todos os

trabalhadores integrantes da categoria profissional que percebem acima do piso previsto no *caput* até o valor de R\$ 929,60 (novecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) serão reajustados em 6,92% (seis inteiros e noventa e dois décimos por cento). Aos Trabalhadores que percebem acima desse valor, a negociação deverá ser realizada entre empregado e empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para fins de aplicação do índice previsto no parágrafo anterior, poderão ser descontados eventuais reajustes concedidos nos últimos onze meses.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Fica assegurado aos trabalhadores o fornecimento de comprovantes de pagamento com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, contendo ainda a identificação do empregador e do empregado.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE PAGAMENTO DO SALÁRIO

O pagamento do salário deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente na conformidade do parágrafo primeiro do artigo 459 da CLT.

PARÁGRAFO ÚNICO – A título de antecipação, os empregadores poderão pagar aos empregados até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, 40% (quarenta por cento) do salário mensal.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DO SALÁRIO EM MOEDA CORRENTE

Fica o empregador obrigado a pagar em moeda corrente o salário do trabalhador, vedado qualquer pagamento em espécie acima dos limites legais.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - MOTIVOS CLIMÁTICOS

Ficam assegurados aos trabalhadores salários integrais, quando os mesmos permanecerem à disposição do empregador, inclusive nos dias em que não houver trabalho por motivos climáticos, desde que se apresentem ou permaneçam no local de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – Entende-se como encontrar-se à disposição do empregador aquele empregado permanente, volante ou temporário que, deixando sua moradia e seus afazeres domésticos, apresentar-se ao seu local de trabalho e por motivos climáticos não desenvolver as atividades possíveis ao seu cargo, exceto se dependia de transporte do empregador e este não o fez.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS DO TRABALHADOR VOLANTE

Fica garantido o acréscimo no salário diário da categoria do trabalhador volante para atividade fim, um valor referente à 1/6 (um sexto) do salário diário para atendimento do repouso semanal remunerado, bem como o correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário diário para férias, este calculado com o terço legal, 13º salário e FGTS, considerando estes percentuais já incluídos automaticamente na diária, sem entender salário complessivo, caso o valor pago atinja tais percentuais.

Prêmios

CLÁUSULA NONA - PRÊMIOS, GRATIFICAÇÕES E COMISSÕES

Os prêmios, gratificações e/ou comissões concedidos por liberabilidade do empregador, não serão integralizados à remuneração do trabalhador.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não integralizarão à remuneração do trabalhador a liberalidade outorgada pelo empregador ao empregado de criar pequenos e grandes animais dentro da propriedade rural, como também de efetuar pequenas plantações.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA - NÃO INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO

Fica assegurado ao empregador que fornecer moradia, alimentos e alimentação, sem nenhum desconto ao trabalhador residente em sua propriedade, que não seja penalizado com a incorporação dessa utilidade ao salário do empregado, nem refletirá sobre férias, 13º salário, indenização, DSR - Descanso Semanal Remunerado, aviso prévio, quando da rescisão sindical ou judicial.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSPORTE DA MUDANÇA DO EMPREGADO

No caso de rescisão de contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o direito de ter sua mudança conduzida, às expensas do empregador, até a sede do Município de onde o empregador buscou o empregado, ou se for o caso para outro local, cuja distância não seja superior ao Município de origem, quando solicitada pelo empregado.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LOCAL DESTINADO À GUARDA E Á AMAMENTAÇÃO

Fica assegurada a instalação de um local adequado e destinado especificamente à guarda e vigilância de crianças em idade de amamentação, quando existirem no estabelecimento, pelo menos 15 (quinze) mulheres empregadas, facultando-se o convênio com creches para o empregador.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIREITO A CONSTRUÇÃO DE HORTA

O trabalhador residente e com família constituída fará jus a uma horta coletiva ou

individual, ao lado de sua residência, vez que os produtos colhidos contribuirão para melhorar a alimentação do próprio trabalhador, bem assim de sua família, sendo a área mínima de 30m² (trinta metros quadrados) por família de trabalhador rural.

PARÁGRAFO ÚNICO – O benefício referido no *caput* desta cláusula, não se incorporará à remuneração do trabalhador rural, não gerando assim nenhum reflexo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - UTILIZAÇÃO DE LENHA, LEITE E/OU PRODUTOS DERIVADOS DE ANIMAIS, ETC...

No caso de trabalhador permanente e residente na propriedade onde trabalha, usufruir de lenha, leite e/ou produtos derivados de animais de qualquer porte existentes no local de trabalho, energia elétrica, água, esgoto e outros bens destinados à produção para a subsistência do trabalhador e de sua família, a liberalidade não será considerada gratificação, nem salário – utilidade e não incidirá em nenhuma remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A utilidade referida nesta cláusula fica limitada a critério do empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A jornada despendida pelo empregado ao usufruto de tais produtos não será considerada como de trabalho, para quaisquer efeitos legais.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRATAÇÃO DE VOLANTES

Fica proibida a contratação de trabalhadores volantes por meio de intermediários, exceto por empreiteiros idôneos devidamente inscritos no INSS e demais casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO DE TRABALHADOR RURAL POR PEQUENO PRAZO

Fica autorizado nos termos do Artigo 14-A, Parágrafo 3º, inciso II, alínea “a” da Lei nº. 5.889, de 8 de junho de 1973, acrescido pela Lei nº. 11.718, de 20 de junho de 2008, a contratação por produtor rural pessoa física de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária, obedecendo aos demais requisitos legais.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO

Será dispensado o empregado de cumprimento do aviso prévio, em caso de despedida sem justa causa ou, no caso de pedido de demissão pelo empregado, quando o mesmo conseguir novo emprego, durante o cumprimento do aviso, ficando com direito ao recebimento apenas dos dias trabalhados, em relação ao período de aviso prévio, sem prejuízo das verbas a que faz jus conforme a lei e as disposições desta convenção.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRAZO PARA PERMANECER NA MORADIA EM CASO DE RESCISÃO CONTRATO DE TRABALHO

Será assegurado ao trabalhador permanente que residir na propriedade e for despedido, o direito de permanecer na residência que ocupa, até 15(quinze) dias, após a rescisão do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de justa causa comprovada, o empregado terá que desocupar o imóvel imediatamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando o empregado pedir demissão este deverá desocupar o imóvel em até 10 (dez) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de demissão sumária, sem cumprimento de aviso prévio, o trabalhador terá que desocupar o imóvel em até 30(trinta) dias.

**Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades
Normas Disciplinares**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
FAMILIARES DO TRABALHADOR RURAL**

Fica proibido ao trabalhador rural utilizar-se dos serviços e/ou auxílio de seus familiares, na execução de suas funções remuneradas.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS

O fornecimento gratuito de ferramentas de trabalho bem como sua substituição quando se fizer necessária, será encargo do empregador, não se responsabilizando o trabalhador pelo desgaste devido ao uso ou quebra involuntária.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE AO EMPREGO

Garantia de estabilidade no emprego é assegurada aos empregados permanentes, por um ano que anteceda a data de direito à aposentadoria, podendo ser despedido por justa causa comprovada.

**Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas
Duração e Horário**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada semanal de trabalho dos empregados abrangidos por esta convenção, será de, no máximo, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, devendo o horário de início, intervalo e término ser combinado entre as partes de modo a não ultrapassar a jornada máxima estabelecida, independentemente do regime de trabalho. O horário extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

Compensação de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica convencionado que o excesso de horas trabalhadas em um dia, poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira a que não exceda, no período máximo de 120 (cento e vinte) dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez (dez) horas diárias, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 59, da CLT, com redação dada pela Lei nº. 9.601/98.

PARÁGRAFO ÚNICO – As horas não compensadas dentro dos parâmetros fixados no caput serão devidas ao empregado rural nos termos da legislação em vigor.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - INTERVALO DURANTE A JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

Em jornada diária poderá haver mais de um intervalo desde que acordado entre as partes e atendida a necessidade de serviço. Esses intervalos entre uma e outra tarefa não serão computados como de efetivo trabalho, não havendo necessidade de fazer-se qualquer anotação prévia na Carteira de Trabalho e Previdência Social, sendo suficiente a comprovação do fato.

Descanso Semanal

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HORAS TRABALHADAS EM DOMINGOS E FERIADOS

As horas trabalhadas em domingos e feriados serão pagas acrescidas em 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal, podendo ser compensadas.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORMAS DE CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

O empregador com mais de dez empregados poderá utilizar-se de outras formas de controle de jornada de trabalho, da forma que melhor lhe convier, de acordo com as características do imóvel, podendo substituir livro e cartões de ponto por fichas de ponto anotados ou documento similar.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DIREITO DE FOLGA NO MÊS EM DIA ÚTIL

Fica assegurado ao trabalhador residente na propriedade, o direito a 01(um) dia de folga por mês, dentro da semana de seu pagamento, sem prejuízo do salário correspondente, para cuidar de assuntos de seu interesse, folga esta não cumulativa.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DIÁRIA DE TURNOS ININTERRUPTOS

Na prestação de serviços pelo empregado contratado para turnos ininterruptos de revezamento, a jornada diária será de 06 (seis) horas.

Sobreaviso

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ADICIONAL DE SOBREAviso

Fica instituído o adicional de sobreaviso à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do salário normal do empregado, para as atividades agropecuárias que, por sua natureza, possam demandar atenção do empregado a qualquer momento fora da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Considera-se um regime de sobreaviso o empregado que, permanecendo fora do local de trabalho ou em sua própria casa, possa a qualquer

momento ser chamado para o serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Pelos serviços prestados em regime de sobreaviso não será devido qualquer remuneração além do adicional referido no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Tal condição deverá estar expressamente anotada na CTPS do trabalhador e o adicional pago com rubrica destacada nos recibos de pagamento do empregado.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - HORA IN ITINERE

Será considerado período efetivo de trabalho, o tempo gasto no transporte do trabalhador rural, inclusive temporário, da cidade para o local de trabalho e, na volta, até o ponto de costume, computando tantas horas quanto bastem ao aperfeiçoamento do percurso, quando fornecido pelo empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRABALHO NOTURNO

O trabalho noturno, como conceituado na lei, será pago com adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário do labor diurno.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - NÃO SUJEIÇÃO À FIXAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Não se sujeitam a fixação de jornada de trabalho os empregados que exerçam as funções de capataz, administradores e encarregados diversos, desde que percebam remuneração superior aos demais empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO – Igualmente não se sujeitam a fixação da jornada de trabalho os empregados que, embora exerçam funções compatíveis com a fixação de horário de trabalho, não sofram fiscalização do empregador ou de seus prepostos.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FÉRIAS POR PEDIDO DE DEMISSÃO

Na cessação do contrato de trabalho por pedido de demissão do empregado, com menos de 12(doze) meses de serviço, terá direito às férias proporcionais à base de 1/12 (um doze) avos por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias, conforme legislação vigente.

Saúde e Segurança do Trabalhador Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Fica assegurado o fornecimento gratuito de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) contra acidentes de trabalho, em condições de uso e meios de proteção que o serviço requer, conforme legislação vigente, devendo ser devolvidos ao final de sua utilização, no caso de substituição ou ao final do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de rescisão de contrato, será descontado do trabalhador, o valor correspondente à ferramenta e/ou EPI's que não forem devolvidos ao empregador, ressalvado o que preceitua o Parágrafo 3º, do Art. 477, da CLT.

Insalubridade

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica assegurado o adicional de insalubridade aos trabalhadores que exerçam atividades insalubres com defensivos agrícolas durante os dias de aplicação em que houver manuseio efetivo, de acordo com as normas regulamentares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O trabalhador, para exercer a atividade com defensivos agrícolas, não poderá ter menos de 18 (dezoito) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregador não poderá exigir do trabalhador realizar jornada extraordinária quando o obreiro estiver exercendo a aplicação de defensivos agrícolas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As entidades comprometem-se a apoiar os programas do governo na área de Segurança e Saúde do Trabalho.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS

Fica assegurado o reconhecimento, por parte do empregador, de atestados médicos e odontológicos apresentados por empregados, passados por profissionais que sejam credenciados pela Previdência Social ou por profissional habilitado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo suspeita de falsidade relacionada ao conteúdo do atestado, o empregador, sem custo para o trabalhador, submeterá este a exames capazes de comprovar seu estado de saúde e, se esta vier a ser confirmada, serão tomadas as medidas cabíveis pelo empregador.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MEDICAMENTOS DE PRIMEIROS SOCORROS

Os empregadores assegurarão na sede do imóvel ou nos locais de trabalho, em caráter permanente, medicamentos de primeiros socorros para atendimento imediato de acidentes ou doenças de trabalho.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO TRANSPORTE

Será fornecido transporte gratuito aos trabalhadores da lavoura em ônibus ou caminhões, sempre em condições de segurança, com armação segura, coberto com lona, bancos fixos e motorista habilitado, sendo proibido o transporte de ferramentas de trabalho soltas, junto às pessoas, seja dentro de uma única propriedade ou de uma propriedade a outra do empregador, tanto na ida como na volta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Tais veículos servirão de proteção contra as intempéries próximas ao local de trabalho, quando o empregador não adotar outro meio de proteção.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não será permitido o transporte de material agrotóxico

no mesmo compartimento do veículo de transporte dos trabalhadores.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nas regiões onde o transporte não for possível na forma prevista no *caput*, como na pantaneira, o transporte será tido como regular, se fornecido de acordo com os costumes locais, garantindo-se segurança mínima.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACIDENTE DE TRABALHO

O empregado que sofrer acidente de trabalho ou contrair doença profissional conforme conceituada na legislação previdenciária, terá estabilidade provisória de 12 (doze) meses, na conformidade do art. 18, da lei 8.213/91, ressalvada a dispensa por justa causa ou demissão espontânea do trabalhador, cujo ônus da prova é do empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Serão reconhecidos como acidente de trabalho os que ocorrerem ao trabalhador na ida ao trabalho, durante a permanência em serviço ou à disposição do empregador e no seu retorno, bem como no deslocamento de uma para outra propriedade rural do mesmo empregador.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregador prestará imediata assistência médica ao empregado na ocorrência de acidente de trabalho e comunicará ao INSS da mesma forma, expedindo-se o CAT - Comunicado de Acidente do Trabalho, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TRANSPORTE DO TRABALHADOR EM CASO DE DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO

Fica assegurada a obrigatoriedade por parte do empregador, do fornecimento de transporte gratuito, ao trabalhador ou membro de sua família que residam na propriedade, até o hospital mais próximo, em caso de acidente ou doença grave.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - LIVRE ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS PARA DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES

Fica assegurado o livre acesso dos dirigentes sindicais às propriedades rurais nos intervalos relativos ao descanso e alimentação para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político – partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

Representante Sindical

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CIPEIROS, DELEGADOS E REPRESENTANTES SINDICAIS

A empresa assegurará freqüência livre de um dia por mês aos cipeiros, delegados e representantes sindicais para atividades específicas da representação, fora da empresa, sem prejuízo do cargo e salário, mediante comprovação do trabalhador.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA PARA PARTICIPAÇÃO DE CURSOS

O empregador dará oportunidade a que o empregado permanente seja liberado para participar de cursos profissionalizantes, de prevenção de acidentes e/ou formação sindical, sem prejuízo de seu salário, quando os cursos tiverem até 06 (seis) dias consecutivos de duração, sendo descontados no caso de participação em cursos com duração superior a 06 (seis) dias consecutivos, sem prejuízo, do repouso semanal remunerado, férias, limitado a uma vez por ano, mediante notificação prévia ao empregador, de 10 (dez) a 15(quinze) dias.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Os empregadores, por força desta convenção, de acordo com o Art. 513, alínea e, da

CLT, descontarão em folha de pagamento, dos seus empregados, associados dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, abrangidos por esta convenção, o valor correspondente a duas diárias do salário de cada um, no pagamento do mês de agosto e novembro de cada ano, a título de Contribuição Assistencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O desconto da referida Contribuição Assistencial dos empregados(as) não sindicalizados só será efetuado mediante apresentação pelo sindicato laboral, de autorização individual para essa finalidade de cada empregado(a).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A FETAGRI-MS disponibilizará, em tempo hábil, via internet ao empregador, a guia da Contribuição Assistencial, para que o devido recolhimento seja efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para os empregados admitidos após os prazos dos descontos mencionados acima, a Contribuição Assistencial será descontada nos 02 (dois) primeiros meses imediatos à sua contratação pelo empregador, respeitando-se o caput desta Cláusula, desde que não tenha contribuído até a data de sua admissão.

PARÁGRAFO QUARTO - Do total do repasse dessa contribuição, a FETAGRI/MS fará o rateio devido, sendo 75% (setenta e cinco por cento) para o sindicato laboral do município, 20% (vinte por cento) para a FETAGRI/MS e 5% (cinco por cento) para a CONTAG.

Disposições Gerais Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INSTÂNCIAS PARA SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

As divergências surgidas em razão da aplicação dos dispositivos desta convenção serão resolvidas por intervenção de seus representantes legais e, não havendo solução, os conflitos serão solucionados pela Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Pelo descumprimento de qualquer cláusula desta Convenção caberá uma multa de 10% (dez por cento) do salário mínimo da categoria, pelo inadimplemento em favor do prejudicado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para a aplicação da multa prevista no caput desta cláusula são condições necessárias e obrigatórias que:

- a) a parte prejudicada notifique, por escrito, no prazo de 30(trinta) dias a contar do termo inicial do descumprimento, a parte que deu causa, para que esta se retrate;
- b) apesar de ter sido devidamente notificada, a parte que deu causa, não tenha se retratado, até 30(trinta) dias da data em que recebeu a notificação escrita.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A multa por descumprimento de cláusula será paga imediatamente, quando se tratar de rescisão de contrato.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - PERÍODO DE VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO

A presente convenção terá vigência para o período de dois anos, a contar de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2010, mantido o dia 1º (primeiro) de julho como data base da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Cláusula 2ª que estabelece o piso da categoria, bem como seus parágrafos primeiro e segundo que fixam o mínimo para reajuste dos demais trabalhadores terá vigência de 01 de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de não negociação na data estabelecida para vencimento referido no *caput* desta cláusula, todas as demais passarão a não ter validade, desde que a proposta dos trabalhadores seja encaminhada no prazo de até 30(trinta) dias do termo final de vigência estabelecida.

GERALDO TEIXEIRA DE ALMEIDA

Presidente

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO EST MS

ADEMAR DA SILVA JUNIOR

Presidente

FEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DE MATO

GROSSO DO SUL-FAMASUL

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .